

A NEGAÇÃO DA CIÊNCIA NA RETÓRICA POPULISTA ANTISISTEMA*

Carla Montuori Fernandes**, Luiz Ademir de Oliveira***
Fernando Resende Chaves****

Resumo: o artigo tem como objetivo realizar uma retomada conceitual do populismo anti-ciência, revisitando autores nacionais e internacionais que pontuam como o binarismo “nós” *versus* “eles” que demarca uma das características do movimento, desloca-se das elites políticas e concentra-se nas elites científicas, retratando-as como antagonistas das pessoas comuns e dos líderes políticos. O estudo parte da premissa que o populismo contra a ciência remete a um estilo político performático que surge em contextos de crises democráticas e que se manifesta em uma descrença generalizada nas instituições tradicionais. O artigo usa como metodologia a pesquisa bibliográfica e elenca algumas vertentes clássicas (MINKEMBERG, 1998; BETZ, 1993; MUDDE, 2000; MOUFFE, 2000, LACLAU, 2005) e contemporâneas do populismo (GERBAUDO, 2018; DIBAI, 2018; CESARINO, 2020; MEDE e SCHÄFER, 2020). Os resultados apontam que o populismo anti-ciência é um movimento que deriva do caráter do populismo contemporâneo, que emerge em contexto de crises institucionais.

Palavras-chave: Populismo. Negação da Ciência. Política. Mídia. Redes Sociais on-line.

THE DENIAL OF SCIENCE IN THE ANTISYSTEM POPULIST RHETORIC

Abstract: the article aims to carry out a conceptual resumption of anti-science populism, revisiting national and international authors who point out how the binary “us”

* Recebido em: 11.05.2021. Aprovado em: 27.10.2021.

** Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UNIP. *E-mail:* carla_montuori@ig.com.br.

*** Pós-Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Doutor e Mestre em Ciência Política e Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ, Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor Associado II do Curso de Comunicação Social na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). *E-mail:* luizoli@ufsj.edu.br.

**** Doutorando em Comunicação pela Universidade Paulista, Bolsista CAPES. Mestre em Comunicação e Poder pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de São João Del-Rei. *E-mail:* chavesfernandorc@gmail.com.



versus “them” that characterizes the movement, displaces political elites and focuses on scientific elites, portraying them as antagonists to ordinary people and political leaders. The study starts from the premise that populism against science refers to a performative political style that arises in contexts of democratic crises and that manifests itself in a generalized disbelief in traditional institutions. The article uses bibliographic research as a methodology and lists some classic strands (MINKEMBERG, 1998; BETZ, 1993; MUDDE, 2000; BETZ, 1993; MOUFFE, 2000, LACLAU, 2005) and contemporaries of populism (GERBAUDO, 2014; DIBAI, 2018; CESARINO, 2019; MEDE and SCHÄFER, 2020). The results show that anti-science populism is a movement that derives from the character of contemporary populism, which emerges in the context of institutional crises.

Keywords: Populism. Denial of Science. Politics. Media. Online Social Networks.

O negacionismo científico é uma prática que se encontra imbricada em grande medida aos movimentos da extrema direita, que se expandiu pela Europa, como destaque para a Hungria, Áustria, Itália, França e Alemanha e por vários países da América Latina, sendo o Brasil e os Estados Unidos da América, durante o mandato presidencial de Donald Trump (2016-2020), e de Jair Bolsonaro os representantes dessa corrente (LOWY, 2020). A conjuntura pós-globalização contribuiu, segundo explicita Dibai (2018), com a alteração do perfil, dos discursos e das formas com a direita radical se manifesta e sua escalada não ocorre de maneira isolada e pontual, sendo possível identificar convergências, regularidades e similaridades entre as diversas ocorrências, ainda que em contextos e culturas distintas (NORRIS, 2005; TOSTES, 2009).

Dibai (2018) aponta que a última década registrou um crescimento no número de partidos políticos que atuam no espectro da direita radical, e a adesão às propostas tem se tornando cada vez mais normalizada na percepção popular e partidária, ocupando espaço no cenário político-eleitoral, nas ruas e na internet. Como matrizes ideológicas, os discursos dos líderes se apoiam em narrativas messiânicas e salvacionistas, que, apesar de seguirem especificidades dos contextos locais, se unificam em torno das pautas relativas à imigração, corrupção, segurança pública, anticomunismo, políticas internacionais e negacionismo científico.

Na vertente específica do negacionismo científico, Napolitano (2019) tece a hipótese que o movimento se sustenta na ascensão da extrema-direita, que se empenha em ocupar o cenário político do mundo ocidental e influenciar a opinião pública. É possível destacar vários países que elegeram representantes políticos que seguem a linha do radicalismo de direita e encabeçam o discurso que contesta as concepções científicas. Nesse contexto, destacam-se figuras como o ex-presidente americano Donald Trump, que, eleito em 2016, propôs como forma de barrar o ingresso de imigrantes ilegais no país a construção de um muro na fronteira com o México. No plano ambiental, mostrou-se favorável à energia nuclear e recusou as políticas de energia limpa. Na escolha dos ministérios, Trump elegeu Scott Pruitt, reconhecido negacionista ambiental, para dirigir a agência do meio ambiente nos EUA¹. Adepto da teoria de que as ações humanas não interferem nas mudanças climáticas, uma das atuações mais conhecidas de Pruitt se referia aos esforços para vetar na justiça as regulamentações propostas pelo ex-presidente americano Barack Obama, na batalha contra o aquecimento global.

Outra evidência se deu na política adotada na Hungria. Como defensor de uma política contrária à imigração dos muçulmanos, o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, ree-

1 Trump escolhe negacionista da mudança climática para dirigir agência do meio ambiente dos EUA. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/08/internacional/1481165064_394182.html. Acesso em: 10 de nov. de 2020.



leito ao terceiro mandato em 2018, integra a lista dos revisionistas da história, que se empenha em atentar contra a liberdade de imprensa, a divisão de poderes e a crimes cometidos pelo nazismo. A admiração pelo almirante e ex-presidente Miklós Horthy, que atuou como aliado de Adolph Hitler durante a segunda Guerra Mundial é publicizada nas ações de Órban, que se estende a homenagens públicas ao líder fascista, como a inauguração de um monumento em memória de Horthy. Militar de carreira, Horthy assumiu o poder na Hungria em 1920, e já no início do governo adotou autoritárias, com perseguições a socialistas, liberais e judeus, no que ficou conhecido como “Terror Branco” (AVELAR, 2019).

Na mesma corrente, o líder Jussi Halla-aho, do Partido Finlandês “Verdadeiros Finlandeses”, conquistou o segundo lugar nas eleições de 2017 no país, com uma pequena margem em relação ao Partido Social Democrata. O discurso político do líder do partido transita entre a oposição à imigração e a rejeição das políticas contra o aquecimento global. Também no ano de 2017, a radical de direita Marine Le Pen, da Rassemblement National chegou ao segundo turno da eleição presidencial na França com um discurso contrário a imigração, na defesa de proposta de cessação imediata de qualquer amparo aos imigrantes que já se encontravam no país².

A Espanha também assistiu a ascensão do partido de extrema direita Vox nas eleições de 2019, que se tornou a terceira maior força no Parlamento, conseguindo eleger 52 deputados, dos 350 assentos. Com uma agenda populista, contrária ao aborto e aos direitos conquistados pelas mulheres, além da defesa dos valores de família, o Vox une força com os partidos que negam a importância de uma política climática, em contraponto às discussões científicas em torno do aquecimento global. O partido se apoia na narrativa de polarização e empreende uma campanha contra os partidos Podemos e o Socialista Operário Espanhol, que tem Pedro Sánchez como Presidente do país desde 2018. O Vox defende a matriz neoliberal para a esfera econômica, a redução e a eliminação de impostos e a aprovação de um sistema misto de Previdência com a presença do setor privado³.

Nesse sentido, o partido espanhol Vox aproxima-se das ideologias defendidas pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro (Sem Partido). O presidente Bolsonaro é uma antiga personalidade no cenário político brasileiro, já que exerce cargos políticos desde 1989. Ao longo de 27 anos como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, apresentou 171 projetos no Congresso Nacional, sendo a maioria voltada para os interesses dos militares (já que é um militar da reserva e defensor, inclusive da ditadura militar que foi implantada no país em 1964 e se manteve até 1985). Destes apenas 2 foram aprovados⁴.

Nos governos dos ex-presidentes Dilma (PT) e Temer (MDB), Bolsonaro ganhou notoriedade e passou a ocupar um espaço frequente em programas de entretenimento, sobretudo em função dos discursos moralistas e, por vezes, xenófobos contra as minorias. Durante o período de campanha eleitoral, Bolsonaro disputou o segundo turno com Fernando Haddad (PT), em 2018. A vitoriosa campanha de Bolsonaro, empreendida por um partido pouco representativo (PSL – que na época tinha apenas 1 deputado no Congresso), ganhou destaque diante da ausência de uma coligação forte, sem apoios de políticos tradicionais e se constituiu

2 Quem são os líderes por trás do avanço da direita radical na Europa. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48110858>. Acesso em: 10 nov. 2020.

3 Idem 2.

4 Durante os 27 anos que atuou na esfera legislativa, virou lei uma proposta que estendia o benefício de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para bens de informática e outra proposta de iniciativa coletiva, autorizando o uso da chamada “pílula do câncer” – a fosfoetanolamina sintética, cuja eficácia contra a doença não é reconhecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2018/conheca-a-producao-legislativa-de-bolsonaro-10-na-corrída-ao-planalto>. Data de acesso: 30 ago. 2021.



com forte presença nas redes sociais, marcadamente baseada no discurso do militarismo, antipetismo e antissistema.

Fargoni e Silva Junior (2020) identificam semelhanças entre os valores clássicos do fascismo e as marcas narrativas do bolsonarismo, com preceitos que se apoiam na disciplina, conservadorismo e religiosidade, enquanto agem com base no militarismo, antiintelectualismo e negacionismo científico. Nisbet (1987) assinala que um dos traços do pensamento conservador é sua resistência ou oposição ao racionalismo e seu apego à experiência, ao passado e ao preconceito, valorizando o conhecimento que advém do cotidiano e das vivências empíricas mais próximas, conhecidas e imediatas. De fato, para o conservador, o senso comum e ordinário se constitui como melhor guia de ação e ciência. “O preconceito é de aplicação imediata em casos de emergência; dispõe previamente a mente a um curso constante de sabedoria e de virtude, não permitindo que o homem, no momento de decisão, fique hesitante, cético, confuso e indeciso”, escreve Burke (2014), um dos fundadores do conservadorismo moderno. Conforme aponta Barroso (2009), o conservadorismo fundamenta-se na valorização do passado, da tradição, da hierarquia, da ordem e da autoridade.

Dessa forma, tem-se a predileção pela permanência em relação à mudança e pela estabilidade diante do novo, o que explica o apego do conservadorismo político à pauta de costumes morais, com a defesa da permanência de modelos puros e tradicionais de instituições como a família, a escola, igreja, o governo. O pensamento conservador tende a cristalizar ou naturalizar modelos de moral e de sociedade. Assim, a moral se converte facilmente em moralismo. Como a visão de mundo conservadora não se funda na razão nem na história, as lutas sociais e de classes por direitos ou em torno de ideais de transformação da humanidade e dos costumes são, em geral, desacreditadas e renegadas pelos conservadores.

O ativismo político para combater, por exemplo, a desigualdade social ou de gênero é visto como um atentado à própria natureza, uma vez que lutaria contra algo natural e positivamente constituído (BURKE, 2014). Em consequência da disposição dos conservadores para uma visão de mundo voltada para o cotidiano e para as experiências ordinárias e particularistas, possibilita-se o uso político do discurso anticientífico e negacionista, conforme se tem visto contemporaneamente. Cumpre ressaltar a defesa daquilo que os conservadores têm como alicerces da sociedade é feita por eles, muitas vezes, de forma apaixonada, emotiva e violenta. Assim, não raro, consensos científicos são confrontados por políticos conservadores por meio de injúrias, contestações fundadas em preconceitos, teorias conspiratórias e *Fake News*.

Estabelecendo um comparativo entre os movimentos extremistas em ascensão na Europa e no Brasil, Löwy (2015) aponta para o fato de ambos projetarem no conservadorismo cristão e na violência policial a solução para conflitos sociais. A esse despeito é possível estabelecer outras similitudes, quais sejam: intolerância as minorias, ódio aos Direitos Humanos e negação das instituições democráticas, como a ciência e o jornalismo.

No Brasil, o movimento negacionista tornou-se mais frequentes nos últimos anos, com narrativas que relativizam a origem da escravidão, exaltam a ditadura militar, negam os efeitos do aquecimento global etc. O pesquisador Luiz Marquês (2018)⁵ aponta que o negacionismo climático bem como o movimento terraplanista são alguns pontos do repertório dessa “onda” que ao questionar um consenso científico enfraquece a ciência na busca de uma visão racional do mundo e turbina a virulência das redes sociais.

Sergio Amadeu (2019) parte da premissa de que os discursos que inventam, distorcem ou negam fatos e acontecimentos estão a serviço de interesses econômicos, religiosos e políticos. Muitas dessas práticas discursivas que carregam conteúdos falsos visam reconstruir

5 Negação da ciência ganha força em nacionalismo que une esquerda e direita. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/01/negacao-da-ciencia-ganha-forca-em-nacionalismo-que-une-esquerda-e-direita.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2021.



a história e buscam alterar o passado para reconstruir o futuro. Nesse sentido a pesquisa buscará responder em que medida os movimentos políticos que negam a ciência representam uma categoria do atual populismo. É possível estabelecer uma relação entre o negacionismo científico e o populismo anticiência?

Mede e Schafer (2020) nomearam de populismo contra ciência um novo movimento político que se desloca das elites políticas e se concentra nas elites científicas, retratando-as como antagonistas das pessoas comuns. O populismo é um fenômeno que atravessa a história política e suscitou desde a terceira década do século XX a atenção e o debate na esfera pública pela imprensa, pelas ciências sociais, pelos circuitos políticos, seja para se referir a um tipo de fazer político, uma ideologia, um regime ou um período político datado historicamente. Há uma ampla apropriação do termo pela retórica política popular, sendo significado e ressignificado há décadas. Não obstante, o fenômeno do populismo não se restringe a um único tipo de ideologia, tampouco se circunscreve à definição de um período histórico (MINKEMBERG, 1998; MUDDE, 2000; BETZ, 1993).

Ao buscar um conceito para o fenômeno, Laclau (2005) aponta como característica principal o fato de o populismo apoiar-se na dicotomia elite e povo, no qual o líder político passa a representar os interesses da maioria, em confronto a uma elite corrupta e privilegiada. Geralmente surge com a promessa de conceder voz ao excluídos do sistema e antagoniza com as instituições existentes, afastando ou tornando-as rivais do povo. Em determinados contextos, esse inimigo pode ser representado na figura de distintas instituições, como a científica, a imprensa, o corpo jurídico, etc.

Compreendendo o populismo como um fenômeno que se aflora na história periodicamente, como uma retórica e uma performatividade personalista típicas que vão além dos paradoxos que o termo encerra no terreno ideológico, o artigo traz como objetivo ampliar a discussão teórica sobre o caráter negacionista do populismo contemporâneo, tendo como pressuposto que as instituições científicas se tornaram alvo do binarismo “povo” versus “elite” que caracteriza o movimento.

O texto retomará os conceitos de populismo para identificar como o movimento do negacionismo científico está ancorados em uma estrutura política que pode ser reconhecida a partir do fenômeno do populismo anticiência. Para alcançar a proposta, será realizada uma revisão bibliográfica, amparada em conceitos explorados em pesquisas nacionais e internacionais, visando contribuir para ampliar a discussão do *modus operandi* dessa prática política.

NEGACIONISMO E POPULISMO: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

A dificuldade em conceituar o populismo já foi mencionada por distintos autores, que descrevem a complexidade em estabelecer uma definição que capte o fenômeno em diferentes contextos culturais e históricos (ROODUIJN *et al.*, 2019). Discrepâncias substanciais dizem respeito ao gênero de populismo (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2018), que já foi definido como um estilo político (JAGERS; WALGRAVE, 2007), um discurso (HAWKINS, 2010) ou uma ideologia (MUDDE; 2004). Vigora em comum, a noção que o populismo é um conjunto de ideias que descrevem a sociedade como um conflito moralmente carregado sobre a soberania na tomada de decisões políticas entre um povo supostamente virtuoso e uma elite supostamente corrupta (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2018; ROODUIJN *et al.*, 2019).

Após mais de 100 anos de utilização política do termo, não há um consenso sobre o seu significado, observado com particularidades a depender do contexto, pessoas e movimentos políticos. Face a sua natureza camaleônica, Maria Galito (2017) aponta que o fenômeno político renasce em distintos contextos, com intensa capacidade de sobrevivência e de resistência à



adversidade. As origens históricas do populismo estão ligadas às democracias de massas que são inauguradas no século XX com a ampliação de direitos de voto e direitos sociais, incluindo nas políticas eleitorais e de Estado um enorme contingente de novos trabalhadores urbanos. Mas, para além da descrição de um período histórico, o termo se popularizou ao longo de todo o século XX, se aplicando à caracterização de um modo de fazer política marcado por um conjunto de estratégias típicas de comunicação e por acentuada performatividade e personalismo na relação dos governantes com os governados.

Não raro, líderes populistas e seus ideários procuram pairar sobre as contendas ideológicas e se anunciam como não ideológicos ou não políticos, buscando uma posição de neutralidade ou pureza ideológica como justificativa para suas ações. O líder populista prega uma espécie de purificação do campo político e, muitas vezes, traz seu prestígio pessoal, seu poder simbólico e seu discurso purificador de outros campos sociais como, por exemplo, o campo militar ou o religioso. Assim, o populismo se aproxima da conduta do político denominado *outsider*, ou seja, aquele que vem de fora do sistema, uma vez que o populista propõe uma ruptura do *status quo* político, para a construção de uma nova realidade cujo protagonista seria o povo identificado na figura personalista do líder.

Da mesma forma que a conduta populista carrega em si um elemento exógeno à política institucional e tradicional, regimes políticos e campanhas populistas muitas das vezes se definem como não ideológicos ou se intitulam como “terceira via”, ou seja, uma alternativa à direita e à esquerda. Mas, como não está adstrito a nenhuma ideologia política em específico, um regime populista pode se erigir evocando qualquer dos sistemas de pensamento político-econômico, do liberalismo ao socialismo, ou até mesmo o pensamento antipolítica. A negação de um sistema estabelecido (político, cultural, científico) e o estabelecimento de uma verdade alternativa da qual o líder populista é portador surge com um ingrediente central do populismo. Assim o líder populista surge como o arauto de uma nova verdade, árbitro de conflitos, moderador. Nessa linha foi construída, por exemplo, a imagem de Getúlio Vargas atrelada ao Estado Novo como o “pai dos pobres”, o promotor da inclusão das classes trabalhadoras no regime político e na cidadania.

No Brasil, essa experiência de modernização da sociedade e de incorporação dos trabalhadores ao processo político se dá, notadamente, a partir da Revolução de 1930, inaugurando o “ciclo populista”, que iria até o golpe militar de 1964. O quadro em que faz emergir o populismo é de instabilidade política e de debilidade das velhas oligarquias rurais na sustentação do poder. Havia a expansão de uma classe industrial urbana, bem como de uma classe média e operária urbana, que passavam a ser crescentemente consideradas no jogo político. Esse contexto abriu espaço para o surgimento do líder populista, para a política do personalismo performático, em que a imagem do líder passa a se confundir com a do Estado (FERREIRA, 2001).

As origens históricas do fenômeno do populismo no Brasil trazem a ambiguidade da inclusão política das massas urbanas, sem, no entanto, romper com os interesses das elites rurais e industriais. Na caracterização do populismo, sempre houve espaço para esse antagonismo: por um lado, a concessão real de benefícios às classes populares, e, por outro lado, a manipulação de seus interesses para fins eleitorais e para a manutenção do *status quo* mediante uma pactuação com as elites. Weffort (1978) vê o fenômeno do populismo no início do século XX como uma “política de massas” que manipula os interesses e as aspirações das massas trabalhadoras. O autor vê um caráter de subordinação na participação das massas no período populista. Gomes (1988) critica essa perspectiva de agenciamento das classes populares pelas elites e vê as relações entre Estado e classe trabalhadora e o processo de formação de uma identidade trabalhista no Brasil no início do século XX como fenômenos mais complexos que envolvem variáveis culturais e uma tensão ou negociação de interesses no lugar da ideia de manipulação das classes subalternas pelas elites e pelo Estado.



O populismo, no Brasil, vincula-se muito ao período da era Vargas e tem características peculiares que destoam dos modelos europeus. Conforme explica Weffort (1978), o populismo teve duas faces: as massas trabalhadoras passaram a participar das ações governamentais.

Em realidade, o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano (WEFFORT, 1978, p. 62).

Ferreira (2001) aponta que, apesar de já ter carregado um sentido positivo em alguns circuitos políticos na primeira metade do século XX e de carregar uma ambiguidade essencial quanto à manipulação ou à inclusão política das massas, o sentido pejorativo foi o que mais se popularizou, dando ao termo populismo a imagem de um fenômeno “vazio” ou “sem conteúdo”, um fazer político manipulador, caracterizado pelo discurso superficial e demagógico. Por um lado, as concessões históricas feitas por governos populistas apresentaram uma funcionalidade política e socioeconômica ao capitalismo incipiente de países latino-americanos ao servir como alternativa ao risco da onda comunista. Entretanto, os líderes carismáticos que emergiam a partir do pacto populista entre as classes sociais, defendiam um estado forte e mais inclusivo, o que não se adequava à visão liberal das oligarquias tradicionais. Assim, no campo ideológico, o termo despertou historicamente ações ambíguas em ambos os lados do espectro partidário.

Para uma esquerda marxista mais ortodoxa, que postula a tomada do estado por uma ditadura do proletariado, o governo populista representa uma manipulação das massas por meio de concessões e negociações que, por consequência, perpetuam no poder as velhas elites econômicas e políticas, operando contra a verdadeira emancipação da classe trabalhadora pela via revolucionária. Por outro lado, para uma direita liberal, o populismo é protagonista de uma cultura política da demagogia e do paternalismo estatal. Há ainda os que veem nos momentos de afloramento populista as oportunidades objetivas do avanço das pautas populares ou “trabalhistas” (CERVI, 2001).

Isto posto, Cesarino (2020) retoma os conceitos de Laclau de Mouffe para indicar que existe uma contraposição entre populismo e institucionalismo. Assim, “momentos de ascensão populista costuma ser acompanhados de fragilidade institucional e, inversamente, momentos de preponderância tecnocrática abafam o caráter antagonístico-populista da política” (LACLAU; MOUFFE *apud* CESARINO, 2020). “Tipicamente, o mecanismo populista é colocado em operação por uma liderança carismática que emerge em contextos de insatisfação generalizada, alegando vir de fora do sistema e se colocando como paladino da ruptura e da mudança” (CESARINO, 2020, p. 98).

O caráter discursivo é construído a partir da mobilização de significantes vazios ou flutuantes, que, segundo Cesarino, trazem “noções vagas de nação, ordem, segurança e mudança”, mas são capazes de reunir pautas contrastantes. Em suas recentes pesquisas, Cesarino (2020) cunhou o termo populismo digital, amparado na base conceitual de povo *versus* elite proposta por Laclau (2005), que a utiliza para descrever um novo tipo de estratégia performativa ancorada nas mediações digitais, no qual a capacidade mobilizadora se expande para a rede de seguidores, que formam um contingente de apoio ao projeto político do líder. O conceito mantém alinhamento com os pressupostos do populismo 2.0 (GERBAUDO, 2018) no qual as redes sociais constituem ferramentas para uma emergen-



te política de massa digital *anti-establishment*. Para Gerbaudo (2018), o populismo 2.0 é designado como uma orientação ideológica no qual os políticos capitalizam o poder e a influência das mídias sociais na formação da opinião cidadã por meio da disseminação de ideias populistas, como o ataque as instituições.

Vale lembrar que os meios de comunicação desempenharam um papel fundamental para o crescimento e a consolidação do populismo. Na década de 1960, os eleitores eram movidos por alianças que em sua maioria seguiam ideologias político-partidárias, com aparatos midiáticos da mídia impressa e do rádio, que, na ocasião, realizavam a seleção dos principais conteúdos políticos que eram colocados em debate (CESARINO, 2020). Com grande popularização da televisão, o campo político passou a se ocupar com a imagem plástica e performática dos candidatos e líderes políticos, diante das ferramentas do marketing e da publicidade na construção de perfis carismáticos e de narrativas estruturadas em torno de abrangentes temáticas sociais.

Cesarino lembra que, na era pré-digital, a eficácia da liderança populista dependia muito das capacidades pessoais do líder, da sua oratória e da capacidade da equipe em articular discursos ajustados as distintas mídias. Já a fase descrita como populismo digital se estrutura pela consonância entre o aparato midiático (digital), o mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia (CESARINO, 2020).

Diante disso, o populismo digital não se define apenas pela inserção das tecnologias digitais à dinâmica populista, mas também pela inclusão de padrões discursivos específicos que e se estruturam na mobilização permanente. Conforme explica Cesarino (2020), isso ocorre por meio de conteúdos alarmistas e conspiratórios, no espelho invertido do inimigo e devolução de acusações e na criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público que encontra aparato na deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública, especificamente a ciência e a imprensa.

O ataque de políticos considerados populistas às autoridades científicas, bem como a proliferação de teorias da conspiração e a descredibilização de instituições mediadoras, permite que haja um questionamento e investigação a respeito de como formas de populismos contemporâneos têm operado face a conjuntura de digitalização da política e da amplificação de circulação de conteúdos alheios aos campos sociais constituídos em seus lugares de poder.

AS FACES DO POPULISMO CONTRA A CIÊNCIA

A crise democrática que ocorre em escala global se traduz, segundo aponta Afonso e Quinan (2019), em uma crise epistemológica que resulta na descrença as instituições fundamentais, entre as quais a ciência. Em contexto de crise generalizada, emergem lideranças políticas populistas que geralmente surgem com a promessa de conceder voz ao excluídos do sistema e antagoniza com as instituições existentes, afastando ou tornando-as rivais do povo.

Como esclarecem Mede e Schafer (2020), em determinados contextos, esses inimigos não são representados apenas pela classe política, mas por distintas instituições, ao elucidar que os atuais líderes populistas não têm como alvo apenas as elites políticas, mas os sistemas de mídia, o campo jurídico, as grandes empresas, os especialistas e a elite acadêmica. Essas elites acadêmicas são um subconjunto de uma elite geral - aqueles que têm autoridade epistêmica suprema e podem tomar decisões relacionadas à ciência, ou seja, organizações como universidades ou institutos de pesquisa, bem como estudiosos individuais e especialistas.

Semelhante a outras formas de populismo, entretanto, o populismo contra à ciência também descreve as elites acadêmicas como moralmente inferiores, substituindo seu levante *antiestablishment* por uma abordagem de descrédito a ciência (MEDE; SCHÄFER, 2020). Os autores (2020) apontam a soberania como um dos pilares do populismo relacionado à ciência.



Nesse caso, quem detêm o poder de tomada de decisão é o conjunto do povo e não a elite, podendo inclusive pautar o que deve ser pesquisado, estudado ou apresentado, numa tentativa de tutela do fazer científico por parte do poder político investido no líder e seus interesses.

Um exemplo dessa interferência ideológica no fazer científico é relatado por Amend e Barney (2016) ao estudar o ex-primeiro-ministro do Canadá, Stephen Harper (2006-2015), líder conservador de direita. Durante sua gestão, a ciência canadense passou por tempos obscuros, com cortes de financiamento e recursos, fechamento de laboratórios de pesquisas e bibliotecas científicas, implementação de políticas ambientalmente questionáveis, levando a mídia a enquadrar o movimento como “guerra à ciência”.

Mede e Schäfer (2020) também indicam que uma das possibilidades de ação do populismo relacionada à ciência pode estar em ideologias hospedeiras, como é o caso do liberalismo econômico, buscando promover soluções de mercado em vez de soluções prescritas por especialistas. Na recente pandemia da Covid-19, tal cenário foi notadamente visto no Brasil, que se pautou por um modelo da descredibilização das instituições epistêmicas em nome dos interesses do mercado, em especial na política governamental da defesa hidroxiquina, um dos principais centros de disputa sobre a informação durante a pandemia (ARAUJO; OLIVEIRA, 2020).

A despeito dos movimentos que negam a ciência, Merkley e Loewen (2020) se debruçam sobre o conceito de anti-intelectualismo, a partir de uma pesquisa realizada com 3600 cidadãos americanos. Para os autores, o anti-intelectualismo pode ser definido como a suspeição e desconfiança generalizada nos intelectuais e especialistas, que se formalizam por meio do distanciamento ao meio acadêmico. Os autores estabelecem algumas motivações ligadas ao anti-intelectualismo, entre as quais o desacordo entre a posição de especialistas e a autoridade religiosa; a resistência a novas tecnologias e ao progresso humano, nutridas por um sentimento saudosista ou mesmo aqueles que identificam no conhecimento prático e no bom senso um valor superior a educação e o pensamento crítico. O descrédito em relação ao conhecimento científico também está enraizado na percepção de que se trata de um mecanismo usado para controlar cidadãos comuns. Trata-se de um fato que se aproxima do discurso populistas das últimas décadas (MERKLEY; LOEWEN, 2020).

É possível identificar que o líder populista se apropria do anti-intelectualismo já estruturado em distintos contextos sociais para imprimir a retórica antielitista que divide a sociedade a partir da polarização binária “povo *versus* elite”, com objetivo de enfraquecer as instituições democráticas e controlar seus adversários. Para o autor Ylä-Anttila (2018) existe uma tecnocracia objetivista nos discursos dos populistas, destacadamente os de direita. Os rivais são categorizados como errados, não apenas em termos morais e de conhecimento, mas a partir de suas premissas epistemológicas sobre o mundo. Para o autor, a prática não reproduz apenas um caráter anti-intelectualismo, mas uma clara estratégia em defesa de uma visão positivista e até empirista diante das formas consideradas prejudiciais a ideologia defendida por esses líderes.

Deve-se considerar que ao lado do populismo anti-ciência, recrudescer um processo de fortalecimento da pseudociência e das experiências e opiniões individuais, em detrimento a epistemologia científica. A pseudociência pode ser descrita como toda atividade voltada a tentativa de afirmar e/ou comprovar algo, sem o devido uso do método científico. Carl Sagan (1996) descreve que as teorias evocadas pela pseudociência supõem um tratamento científico, mas se apoiam em informações insuficientes ou ignoram pistas que indicam outro caminho.

Na esfera da pseudociência, Sven Hansson (2013) atenta para a necessidade de se estabelecer a distinção entre a negação da ciência e a pseudoteoria. Os negadores da ciência são impulsionados pela confrontação a alguma teoria específica, produzidas por meio de critérios desviantes do processo científico. Tal vertente articula-se por meio da produção de falsas con-



trovérias, organizam-se em torno de um forte ativismo e, por vezes, estão em conexão com alguma vertente da direita política.

Já os defensores da pseudoteoria são movidos pela ambição de apresentar uma teoria ou afirmação própria, sendo que a rejeição à ciência não é tida como objetivo principal, mas apenas um meio de promover suas convicções. Van Zoonen (2012) nomeou de “eu”-pistemologia o processo segundo o qual os indivíduos rejeitam a epistemologia científica e tentam substituí-la pelo bom senso das pessoas, suas experiências pessoais e sentimentos emocionais. O autor explica o fenômeno a partir da dicotomia entre a epistemologia que se preocupa com a natureza, métodos e fontes de conhecimento e a “eu”-pistemologia que responde às perguntas com base no *self* (eu mesmo), no julgamento subjetivo, na memória individual e tem a internet como grande facilitador do processo.

Na mesma corrente, Ylä-Anttila (2018) indica dois conceitos para descrever o que ele nomeou de conhecimento populista. O primeiro é o “populismo epistemológico”, segundo o qual o conhecimento é baseado nas experiências de pessoas comuns. O contra-conhecimento refere-se às contestações da autoridade epistêmica ao defender autoridades de conhecimento alternativo. No primeiro caso, as experiências individuais registradas como relatos próprios ou de pessoas próximas assume significativa importância na hierarquia de credibilidade das informações que os indivíduos recebem, que aliada a descrença nas instituições modernas refletem no peso que a opinião pessoal não-mediada tem conquistado na esfera política. A experiência pessoal tem se tornado fonte discursiva de parte integrante do novo populismo de direita que surgiu em uma série de países europeus.

Para retratar a dimensão do contra-conhecimento, Ylä-Anttila (2018) alerta que o conhecimento e as formas de especialização estão disponíveis para todos, mas que parte significativa da sociedade não dispõe de recursos para incorporá-los. Assim, para o autor, a crença no conhecimento alternativo não é mera irracionalidade, mas parte de uma insegurança ontológica que pode influenciar no descrédito que parte da população pode alimentar em relação as autoridades científicas, passando a depositar confiança em outras lideranças.

Ainda, deve-se considerar que as novas ambiências midiáticas, alavancadas em especial pelo ambiente virtual, alteraram a maneira como o conhecimento é construído, como os indivíduos se conectam e a relação que estabelecem com as estruturas sociais. Silveirinha (2018) argumenta que as pessoas vivem nas próprias bolhas criadas pela personalização dos algoritmos, que são alimentadas por conteúdos que geram aceitação entre os membros. As redes sociais permitem a circulação e o compartilhamento de informações em grupos ancorados em um circuito fechado de confiança e crédito, seja amigos, colegas, familiares ou mesmo pessoas que pertencem ao mesmo círculo social.

Recuero *et al.* (2019) apontam que a polarização política, ideológica (grupos possuem opiniões divergentes) e afetiva (quando há aversão entre os grupos), são características de grupos sociais tanto online, quanto offline. Normalmente, nas redes, esses grupos são caracterizados por possuir muitas conexões internas e poucas conexões externas, reforçando o caráter homofílico das redes e, por vezes, a radicalização de indivíduos. Vale ressaltar que, nesse cenário, os indivíduos mais radicalizados são os mais participativos, e que a circulação de informação nas redes depende dos usuários e dos algoritmos dos sites de redes sociais.

Na mesma linha, Maynard (2013, p. 71) aponta que entre os ciberativistas, aqueles de extrema-direita, ganharam destaque, em primeiro lugar, pelo uso pioneiro que fizeram do ciberespaço. Percebendo a economia e a agilidade das redes, a extrema-direita logo pôs as mãos nos teclados. Assim, a crise democrática, aliada à dinâmica da horizontalização e à descentralização da produção de conteúdo nas redes sociais on-line impulsiona o surgimento de lideranças populistas que desafiam constantemente a legitimidade e a sobrevivência das instituições tradicionais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notadamente, a partir da segunda década do século XXI, observa-se o recrudescimento de uma crise de escala global, que afeta o regime democrático em vários países e reafirma a percepção de que os períodos de afloramento populista são precedidos ou acompanhados de instabilidade institucional (MOUFFE, 2000). Nesse contexto, emerge uma nova forma de populismo, evidenciado, sobretudo pela ascensão de lideranças populistas, que cultiva em suas estratégias discursivas a negação da política institucional, a crítica às instituições democráticas, entre as quais a imprensa e a ciência, o culto à personalidade do líder, bem como a promoção de valores ligados a centralização do poder.

No campo da política, o abalo das instituições tradicionais como a ciência e o jornalismo, deram um espaço sem precedentes para circulação de teorias conspiratórias e para a atuação de novo tipo de populismo político, manifesto a partir do ambiente virtual das mídias sociais. As declarações que rompem frequentemente com a normalidade institucional e até com consensos científicos, encontram nas redes sociais um canal adequado para que a retórica populista se manifeste e para que cidadãos expressem sua indicação com as elites tidas como corruptas (GERBAUDO, 2018).

Atrelado aos movimentos negacionistas, o populismo anticência faz parte de um estilo político performático, cuja vocação é rotular os pesquisadores ou cientistas como inimigos ou amigos, a partir da forma como estes se posicionam em torno da retórica do governante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A.; QUINAN, R. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “Professor Terra Plana”. *Mídia e Cotidiano*, v. 13, n. 3, p. 83-104, 2019.

ARAUJO, R. F.; OLIVEIRA, T. M. de. Desinformação e mensagens sobre a hidroxicloroquina no Twitter: da pressão política à disputa científica. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, v. 9, n. 2, p. 196-206, 2020.

AVELAR, A. de S. O revisionismo histórico húngaro e o fantasma do Holo-causto (Artigo). *In: Café História*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/revisionismo-hungria-monumento>. Publicado em: 19 ago. 2019.

AMADEU, S. *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

BARROSO, M. L. S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2009.

BATISTELLA, A. Um conceito em reflexão: o populismo e a sua operacionalidade. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n. 3, p. 468-484, mar. 2012.

BETZ, H. G. The new politics of resentment: radical right-wing populist parties in Western Europe. *Comparative Politics*, v. 25, n. 4, p. 413-427, 1993.

BRUBAKER, R. Between nationalism and civilizationalism: the European populist moment in comparative perspective. *Ethnic and Racial Studies*, v. 40, n. 8, p. 1191-1226, 2017.

BURKE, E. *Reflexões sobre a revolução na França*. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.



- CERVI, E. U. As sete vidas do populismo. *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, p. 151-156, 2001.
- CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.
- DIBAL, P. C. *A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso Jair Bolsonaro*. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal da Bahia. Pós-graduação em Ciências Sociais, 2018, 151 folhas.
- FARGONI, E. H. E; SILVA JUNIOR, J. R. Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto dos fascistas com os neoliberais. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 14, p. 1-26, jan./dez. 2020.
- FARKAS, J.; J. *Post-Truth, Fake News and Democracy: Mapping the Politics of Falsehood*. New York: Routledge, 2019.
- FERNANDES, C. M.; OLIVEIRA, L. A. DE.; CAMPOS, M. M.; COIMBRA, M. R. A Pós-verdade em tempos de Covid 19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. *Liinc Em Revista*, v. 16, n. 2, e5317, 2020.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GALITO, M. S. *Populismo: conceptualização do fenómeno*. Instituto Superior de Economia e Gestão. *Working Paper CEsA CSG*, n. 158, p. 1-32, 2017.
- GERBAUDO, P. Social media and populism: an elective affinity?. *Media, Culture & Society*, v. 40, n. 5, p. 745-753, 2018.
- GOMES, A. M. C. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil : notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo (London)*, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- HANSSON, S. O. *Defining science and pseudoscience*. *Philosophy of pseudoscience*. p. 61-77, 2013.
- HAWKINS, K. *Venezuela's Chavismo and Populism in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- JAGERS, J.; WALGRAVE, S. Populism as Political Communication Style: An Empirical Study of Political Parties' Discourse in Belgium. *European Journal of Political Research*, v. 46, p. 319-345, 2017.
- LACLAU, E. O Retorno do "Povo": Razão Populista, Antagonismo e Identidades. *Revista de Ciências Sociais*, n. 23, p. 9-34, out. de 2005.
- LOFF, M. *O nosso século e fascista. O mundo visto por Salazar e Franco*. Porto: Campo das Letras, 2008.
- LASCO, G.; CURATO, N. Medical populism. *Social Science & Medicine*, v. 221, p. 1-8, 2019.
- LOWY, M. *Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil*. *Serv. Soc. Soc. [online]*, n. 124, p. 652-664, 2015.
- LOWY, M. Extrema direita e neofacismo: um fenómeno planetário – o caso Bolsonaro. FARIA F. B.; MARQUES, M. L. B. (org.). *Giros à direita: Análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador*. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 13-20.
- MARCHI, R.; BRUNO, G. *Populismos e Migrações: a extrema direita europeia perante a crise dos refugiados*. *Relações Internacionais*, n. 50, p. 39-56, 2016.
- MAYNARD, D. C. S. Ciberespaço e extremismos políticos no século. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, p. 71-80, out. /dez. 2013.



- MEDE, N. G.; SCHÄFER, M. S. Science-related populism: Conceptualizing populist demands toward science. *Public Understanding of Science*, v. 29, n. 5, p. 473–491, 2020.
- MERKLEY, E.; LOEWEN, P. J. *Public Opinion Quarterly*, v. 84, n. 1, p. 24-48, 2020.
- MINKENBERG, M. The Radical Right in Postsocialist Central and Eastern Europe: Comparative Observations and Interpretations. *East European Politics and Societies*, v. 16, n. 2, p. 335-362, 1998.
- MOUFFE, C. *The democratic paradox*. London: Verso, 2000.
- MORAES, A. R. A de. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 152-172, 2019.
- MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. *Populism: A very short introduction*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2017.
- MUDDE, C. The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, 2004.
- MUDDE, C. The war of words defining the extreme right party family. *West European Politics*, v. 19, n. 2, p. 225-248, 1996.
- NAPOLITANO, M. 'Não se pode negar o conhecimento', diz professor de História da USP. Disponível em: <https://istoe.com.br/nao-se-pode-negar-o-conhecimento-diz-professor-de-historia-da-usp/>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.
- NISBET, R. *O conservadorismo* Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- NORRIS, P. A tese da “nova clivagem” e a base social do apoio à direita radical. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 1-32, 2005.
- POLAND, G. A.; JACOBSON, R. M. The Age-Old Struggle against the Antivaccinationists. *The New England Journal of Medicine*, 2011, v. 364, n. 2, p. 97-99, 2011.
- RAMALHO, V. G. O Brasil do Negacionismo: uma análise da disputa entre pós-verdade e ciência. *Revista O Manguenzal*, v. 1, n. 5, p. 89-105, 2020.
- RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia (PUCSP)*, v. 41, p. 31-47, 2019.
- ROODUIJN, M.; DE LANGE, S. L.; VAN DER BRUG, W. A populist Zeitgeist? Programmatic contagion by populist parties in Western Europe. *Party Politics*, v. 20, n. 4, p. 563-575, 2014.
- SAGAN, C. *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTAELLA, L. *A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?*. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.
- SILVEIRINHA, M. J. Bolhas de verdade: cinco alfinetes para (re)construir a democracia. *Estudos em Comunicação*, v. 2, n. 26, p. 35-45, 2018.
- TOSTES, A. P. Razões da Intolerância na Europa Integrada. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 52, n. 2, p. 335-376, 2009.
- VAN ZONEN, L. I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture. *European Journal of Communication*, v. 2, n. 1, p. 56-67, 2012.
- WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

